



Cristine Brandenburg



Universidade Federal do Ceará (UFC)

crisfisio13@gmail.com

Lia Machado Fiuza Fialho



Universidade Estadual do Ceará (UECE)

lia_fialho@yahoo.com.br

Francisca Genifer Andrade de Sousa



Universidade Estadual do Ceará (UECE)

geniferandrade@yahoo.com.br

FORMAÇÃO EDUCATIVA DE MARIA DE LOURDES FERNANDES: MEMÓRIAS DE SUPERAÇÃO

RESUMO

Biografou-se Maria de Lourdes Fernandes enfatizando a sua formação educativa em meio às relações machistas, ao bullying e à exclusão escolar (1969-2019). O estudo amparou-se teoricamente nos pressupostos da história cultural e metodologicamente na história oral. A coleta de dados deu-se mediante entrevistas com a biografada. Reconstituiu-se uma trajetória que desvela particularidades da história de vida de Maria de Lourdes, enfrentando vários desafios. Como estratégias de superação, persistiu nos estudos e tornou-se técnica de Enfermagem, pedagoga e escritora respeitada. Sua biografia revela percalços individuais que se imbricam com a história de uma coletividade de mulheres pobres, interioranas e deficientes, as quais foram historicamente motivadas a não progredir na educação formal.

Palavras-chave: História da educação. Biografia. Deficiência visual.

EDUCATIONAL TRAINING OF MARIA DE LOURDES FERNANDES: MEMORIES OF OVERCOMING

ABSTRACT

Maria de Lourdes Fernandes was biographed, emphasizing her educational background in the midst of sexist relations, bullying and school exclusion (1969-2019). The study was theoretically supported on the assumptions of cultural history and methodologically on oral history. Data collection was carried out through interviews with the biographed. A trajectory that unveils particularities of the life story of Maria de Lourdes facing several challenges, was reconstituted. As overcoming strategies, she persisted in her studies and become a respected nursing technician, pedagogue and writer. Her biography reveals individual mishaps that intertwine with the history of a collective of poor, rural and disabled women, who have historically been motivated not to progress in formal education.

Keywords: History of education. Biography. Visual impairment.

Submetido em: 13/05/2020

Aceito em: 15/06/2020

Ahead of print em: 10/07/2020

Publicado em: 18/08/2020



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n28pxx-xx474-494>



I INTRODUÇÃO

A biografia, ainda que um gênero antigo disseminado “tendo por base a noção de *bioi* (*bios*), segundo Dosse (2015, p. 123), “[...] não se ocupa de retratar apenas a ‘vida’, mas também a ‘maneira de viver’ [...]”. O cerne dos estudos biográficos é a vida de uma pessoa, que pode possuir certa visibilidade social ou ser um sujeito comum (VILAS-BOAS, 2014), contudo, independentemente do biografado selecionado, tais pesquisas são relevantes por facultar a reflexão de situações individuais na interface com o coletivo, desvelando subjetividades e valorizando nuances invisibilizadas em estudos macro-históricos.

Esta pesquisa apoia-se teoricamente nos pressupostos da história cultural (BURKE, 2008), inserida no tempo presente (ALBERTI, 2005), já que propõe uma biografia que ressalta as subjetividades – alegrias e tristezas – que permeiam o cotidiano citadino de pessoas comuns, na contramão de exaltar sujeitos com grande visibilidade social, de maneira a servirem de exemplo para a sociedade com uma narrativa similar às hagiografias ou às biografias de heróis no âmbito da história tradicional (FIALHO; CARVALHO, 2017).

Segundo Fialho; Santos; Sales (2019, p. 12), “ante o entendimento de que a História não é apenas um produto da natureza, pois é constituída pela ação de sujeitos autônomos, que determinam as reações, consciente ou inconscientemente, mesmo ante as influências conjunturais”, importa valorizar as narrativas dos sujeitos, produtores de histórias, compreendendo progressos, retrocessos e mecanismos de superação das adversidades vivenciadas nos contextos social e educacional (FIALHO; SOUSA; DIAZ, 2020).

As biografias inseridas no campo da história da educação articulam duas áreas coexistentes: a história e a educação (VASCONCELOS; FIALHO; MACHADO, 2018), ou seja, trabalham com as narrativas de vida, lançando luz às singularidades do indivíduo na sua interface com o cenário educacional. Nessa direção, o objeto de estudo desta pesquisa é a narrativa da história de vida de Maria de Lourdes Fernandes, doravante apenas Maria de Lourdes, com ênfase nas suas vivências educacionais.

Maria de Lourdes, filha de pais agricultores semianalfabetos, nasceu na Paraíba em 1962; muito pequena, mudou-se para Quixadá, interior do Ceará. Ela ingressou na escola apenas aos 7 anos de idade, quando seus pais foram residir em Fortaleza, capital cearense, e o acesso à educação formal foi facilitado pela menor distância até a escola. Sua trajetória educativa revela as várias adversidades que enfrentou ao longo da vida: o diagnóstico da cegueira; a proibição do pai para estudar; o *bullying* dos colegas de escola e o machismo familiar. Maria de Lourdes, no entanto, desenvolveu mecanismo de superação, enfrentou preconceitos, concluiu curso técnico em Enfermagem e superior em Pedagogia e se tornou escritora membro da Academia de Letras e Artes da Sociedade de Assistência aos Cegos (Alasac).

Uma problemática motivou a realização desta pesquisa científica: como uma paraibana, deficiente visual, pobre e interiorana conseguiu escolarização e empoderamento para se tornar pedagoga, escritora

respeitada em Fortaleza e membro da Alasac? Para responder a essa inquietação, desenvolveu-se uma pesquisa com o objetivo de biografar Maria de Lourdes, enfatizando a sua formação educativa em meio às relações machistas, ao *bullying* e à exclusão escolar (1969-2019). A delimitação temporal correspondeu ao intervalo entre o ano da sua primeira experiência educacional e o ano em que terminou o curso superior em Pedagogia.

O estudo, do tipo biográfico hermenêutico, considerou a vida de Maria de Lourdes dinâmica e emaranhada pelos aspectos sociais, culturais, educacionais, políticos e econômicos (LEVI, 2016), que imbrica indissociavelmente o individual e o coletivo (LORIGA, 2011). Dessa maneira, não se pretendeu esgotar todas as facetas do humano ou toda a discussão histórica transcorrida ao longo do curso da vida de Maria de Lourdes, já que uma biografia jamais poderia abarcar as múltiplas dimensões do humano e a complexidade do contexto histórico (LE GOFF, 2003), mas possibilitou dar visibilidade aos percalços e às superações que uma mulher cega e vítima de machismo e *bullying* teve de enfrentar no campo educacional para galgar formação em nível superior e reconhecimento social para ser conduzida à Alasac.

O machismo tem suas raízes na cultura patriarcal, de longa duração no Ocidente, e entende que o sujeito do sexo masculino tem domínio sobre o feminino (MINAYO, 2005). Pautado em um sistema de representações que naturaliza a relação de exploração e de dominação do homem sobre a mulher, o machismo se apropria do argumento do sexo e mistifica as relações entre os indivíduos, reduzindo-os, segundo Drumond (1980, p. 82) “[...] a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado, que se confirmam mutuamente numa relação de objetos”. Ainda fortemente presente na cultura brasileira da segunda metade do século XX, relegou as mulheres à condição de inferioridade aos homens, definindo papéis sociais no âmbito privado de mães dedicadas, esposas subservientes e donas de casa prendadas (SCOTT, 1995), dificultando que mulheres – por exemplo, Maria de Lourdes – galgassem uma carreira profissional.

Já no que concerne ao *bullying*, conforme Marques; Draper (1996, p. 41), trata-se de um fenômeno cujo verbo tem origem inglesa e significa “[...] usar a superioridade física para intimidar alguém”, sendo o termo utilizado para designar relações agressivas entre os estudantes no ambiente escolar (ESTEVES, 2019). Fazem parte dessa categoria posturas violentas tanto no âmbito físico quanto no simbólico, desenvolvidas por um ou mais indivíduos que se julgam em posição superior e vitimizam outro(s) por motivos diversos (TORO; NEVES; REZENDE 2010). Dentre essas motivações, inserem-se características individuais que não atendem a um padrão socialmente instituído de normalidade, tais como: cor da pele, peso, deficiência física, intelectual, etc. No caso de Maria de Lourdes, o *bullying* decorria da deficiência visual.

Importa esclarecer que, no que remete ao ambiente educativo, a inclusão escolar, assegurada desde 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, visa a acolher e garantir

a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente da sua condição física, intelectual, socioemocional, dentre outras (SILVA; CARVALHO, 2017). A educação inclusiva parte do princípio de que a educação formal é direito de todos e que o respeito à diversidade é crucial para uma educação de qualidade, inclusive, a prática docente deve se adaptar às particularidades dos estudantes e a escola deve trabalhar na perspectiva de valorização das diferenças junto à comunidade escolar (SOUSA; NASCIMENTO, 2018).

Maria de Lourdes vivenciou o *bullying* e a exclusão na escola, rompeu paradigmas ao se tornar técnica de enfermagem, pedagoga e escritora, superando barreiras ocasionadas pela deficiência visual e incompreensão do seu grupo social. Também teve que enfrentar as adversidades decorrentes do machismo de seu pai, que já não conseguia visualizar um futuro promissor para uma filha do sexo feminino, tampouco para uma mulher deficiente visual. A narrativa de resiliência de Maria de Lourdes explicita as dificuldades para se conseguir o empoderamento e a superação de preconceitos, logo proporciona reflexões a respeito dos aspectos socioculturais que relegam a mulher – em especial as deficientes – a segundo plano de importância na sociedade. Permite problematizar o fato de a educação não se efetivar com igualdade e equidade para todos, bem como os rastros das desigualdades que persistem, impossibilitando tantas outras mulheres pobres, interioranas e especialmente deficientes de usufruírem de condições mais justas de acesso e permanência na escolarização (PERROT, 2017).

A relevância do estudo consiste na possibilidade de refletir e discutir sobre os mecanismos de superação e tensionamentos vivenciados por uma deficiente visual, que, como exceção, conseguiu se tornar pedagoga e escritora, diferentemente de tantas outras mulheres do início da segunda metade do século XX. Lança luz a uma trajetória única, considerando as singularidades educativas de uma única mulher, com características individuais, mas que se imbricam indissociavelmente à esfera coletiva, desvelando questões importantes de cunho socioeducacional (FIALHO; SÁ, 2018).

As discussões sobre a história de vida de Maria de Lourdes, com ênfase no aspecto educativo, refletem relações familiares, sociais e profissionais, trabalhadas neste artigo em quatro seções: a primeira, a “Introdução”, apresenta a temática, sua delimitação, o problema de pesquisa, o objetivo central, as categorias emergentes e a relevância do estudo; a segunda, “Percurso metodológico”, esclarece o caminho realizado para a realização do estudo, ressaltando o amparo teórico na história cultural, o tipo de estudo biográfico, a metodologia da história oral, a entrevista como instrumento de coleta de dados, o tratamento dos resultados e os aspectos éticos; a terceira, “A educação na interface com o *bullying*, a exclusão escolar e o machismo”, traz os resultados – a narrativa da vida educacional de Maria de Lourdes e sua análise; a quarta, “Considerações finais”, retoma o problema de pesquisa para responder ao objetivo central do estudo, compilando os principais resultados e análises, bem como inferindo as limitações do estudo e sugestões para outras pesquisas.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa se ampara nos pressupostos da história cultural, a partir da qual foi alargada a compreensão de fonte histórica, tornando-se passível de estudo qualquer vestígio humano no tempo (BURKE, 2008). Com a história cultural, foram enfatizados estudos na área das Ciências Humanas com foco no homem e nas suas relações, realçando a viabilidade de abordar a história do tempo presente para investigar e problematizar o desenvolvimento da história (CARVALHO; BRANDENBURG; FIALHO, 2019). Partindo dessa compreensão, a escrita biográfica ressurgiu em uma perspectiva hermenêutica, por meio da qual se pode conceber o sujeito no seu tempo e espaço, atentando para as relações mantidas na esfera pública e privada, facultando o desenvolvimento de uma biografia que analisa a individualidade e a coletividade em que o indivíduo se insere (DOSSE, 2015).

Nessa perspectiva, conhecer o percurso traçado por indivíduos comuns, em situação de anonimato e com pouco poder econômico, viabiliza descortinar nuances da história, ainda veladas (FERRAROTI, 1998), como é o caso de Maria de Lourdes, já que para Rodrigues (2015, p. 61), “[...] a perspectiva de trabalhar com biografias e/ou histórias de vida fornece subsídios para se entender o indivíduo em várias dimensões, bem como vislumbrarmos, também, os aspectos constituintes da sociedade de outrora [...]”. Assim, a biografia de Maria de Lourdes possibilita analisar a historiografia dos eventos que aconteceram no íterim das suas experiências no decorrer do processo formativo e profissional, consolidando-se em uma empreitada que vem preservar, além da memória individual, a social (MACHADO, 2006).

O escopo de biografar Maria de Lourdes, enfatizando a sua formação educativa em meio às relações machistas, ao *bullying* e à exclusão escolar (1969-2019), traz uma ampla delimitação temporal, iniciando com o ano em que iniciou a escolarização (1969) e finalizando com o ano em que concluiu o ensino superior (2019). Sabia-se, com efeito, que discutir a história da educação de mais de meio século, de maneira minuciosa, em poucas laudas, seria impossível, logo buscou-se centrar ênfase em tecer uma narrativa contextualizada da trajetória educativa de Maria de Lourdes, a partir das suas memórias.

A história oral biográfica foi eleita como percurso metodológico, pois permite lançar luz ao sujeito histórico, valorizando as experiências vivenciadas narradas oralmente ao entrevistador (MEIHY; HOLANDA, 2015). Alberti (2005, p. 155) afirma que a história oral é valiosa para estudar a história contemporânea, principalmente a dos séculos XX e XXI, pois ela “[...] consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”. Portanto, trata-se da coleta de dados com o indivíduo que narra o que viu e/ou vivenciou (MARQUES, 2017).

Seguindo tais pressupostos metodológicos, foi possível ter acesso às memórias de Maria de Lourdes, firmando a sua individualidade, ao considerar as lembranças e esquecimentos próprios do ato de rememorar, já que a memória é seletiva e passa por filtros conscientes e inconscientes ao se transformar em narrativa (BOSI, 1993). Nesse processo, a oralidade se constitui em objeto da história oral, dado que esta serve-se daquela para a narrativa de fatos e acontecimentos (THOMPSON, 2002). Assim, o estudo centrado na vida de Maria de Lourdes não buscou verdades inquestionáveis, mas considerou que as particularidades de uma vida jamais serão apreendidas em sua totalidade (LE GOFF, 2003).

A coleta de dados foi desenvolvida mediante entrevista livre em história oral (MEIHY; HOLANDA, 2015), dada a imprescindibilidade de valorizar a narrativa de Maria de Lourdes no que tange à sua vida educativa na interface com aspectos pessoal, familiar e profissional. As oralidades foram registradas por meio de gravador eletrônico, sendo, na sequência, transcritas, textualizadas e validadas pela biografada mediante a técnica geradora do discurso (FLICK, 2009). Esta permitiu que Maria de Lourdes realizasse a leitura das transcrições, acrescentando ou suprimindo informações com o objetivo de qualificar a compreensão leitora.

O lócus do estudo foi a residência de Maria de Lourdes, localizada na cidade de Fortaleza, Ceará, local selecionado pela biografada, que concedeu a entrevista em 25 de outubro de 2019, durante toda a tarde desse dia, após convite realizado pessoalmente no Instituto Dom José, faculdade onde ela foi vista recitando um cordel sobre sua história de vida.

Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, importa destacar que se submeteu o projeto do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa, que recebeu parecer favorável de número 2.585.705, em 6 de abril de 2018. A entrevista só foi realizada após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido por Maria de Lourdes, o qual explicava o objetivo da pesquisa, bem como a metodologia, forma de participação da entrevistada, possíveis riscos, liberdade de recusa, participação voluntária, *publicização* das oralidades em trabalhos científicos, dentre outros aspectos éticos.

3 A EDUCAÇÃO NA INTERFACE COM O BULLYING, A EXCLUSÃO ESCOLAR E O MACHISMO

Maria de Lourdes nasceu em 27 de agosto de 1962, na cidade de Souza de Paraíba, no estado da Paraíba, sendo filha do casal Raimundo e Alzerina Fernandes, agricultores semianalfabetos, ambos já falecidos, os quais tiveram nove filhos biológicos e dois adotivos. Tratava-se de uma família muito religiosa e patriarcal que enfrentava dificuldades financeiras constantes, tendo, por consequência, mudado de endereço diversas vezes, em busca de trabalho em fazendas e sítios em propriedades privadas de pessoas mais abastadas.

Da Paraíba a família mudou-se para o Ceará, em busca de emprego, sendo Quixadá, localizada no Sertão Central do estado, a primeira cidade cearense onde residiram, local no qual Maria de Lourdes teve sua primeira experiência de escolarização, com uma professora leiga. No ano de 1969, aos 7 anos de idade, Maria de Lourdes pediu ao pai para frequentar a escola, questionando o fato de somente os irmãos estudarem, enquanto ela permanecia em casa. O pai, por sua vez, não demonstrou resistência, pois compreendia que a mulher deveria saber ler, assinar o próprio nome e ter conhecimento sobre as quatro operações matemáticas, mas não mais do que isso. Então, levou-a para estudar na escola da fazenda onde trabalhava. Ela rememorou.

Muito pequena, lá em Quixadá, com 7 anos, aperreando o meu pai, ele colocou-me para estudar com a mulher do fazendeiro [...]. Quando eu cheguei, logo no primeiro dia, me deparei com uma criança que tinha que cantar a tabuada, cantar o alfabeto, as famílias, o 'b' com 'a', 'ba'; o 'b' com 'e', 'be'. O menino que não sabia a tabuada levou nas mãos palmatórias. Fiquei com medo. Não consegui aprender, porque, se ela me chamasse, não saberia. Não fui mais. (FERNANDES, 25/10/2019).

No Ceará, no início da segunda metade do século XX, perdurou a atuação de professores leigos concomitante à tentativa de difusão da escola pública; muitas vezes, a escolarização funcionava em condições precárias, em locais improvisados, especialmente nas zonas rurais (ARAÚJO, 2015). Escolhia-se a pessoa mais letrada da localidade, geralmente do sexo feminino, para lecionar às crianças (SAVIANI, 2011), como foi o caso de Maria de Lourdes, que teve a sua primeira experiência com a esposa do dono da fazenda em que seu pai trabalhava, uma professora leiga. Ademais, era comum o início da escolarização aos 7 anos, já que não havia educação infantil (LIMA; SANTOS, 2018).

O desejo por estudar foi substituído pelo medo dos castigos corporais, o que culminou no prematuro abandono de Maria de Lourdes da escola, logo após o primeiro dia de aula. A família não buscou mediar a situação, já que não valorizava a educação formal, ademais a compreensão era que, por ser mulher, a prioridade era aprender as lidas do lar. Segundo Magalhães Junior (2007), à mulher cabiam a esfera privada e a vida burilada nos afazeres domésticos, o que não exigia muitos contatos com o mundo letrado; enquanto ao homem era reservada a vida pública, quem, ao contrário daquela, deveria ter escolarização exitosa.

A despeito disso, importa destacar que, principalmente nas cidades interioranas do Ceará, a dificuldade para ter acesso à escola era evidenciada tanto para meninos quanto para meninas, pois as escolas públicas, então organizadas em Grupos Escolares, estavam situadas nos centros urbanos, tornando difícil a frequência dos que residiam no interior, devido à longa distância (NOGUEIRA, 2011).

No ano seguinte a esse acontecimento, em 1970, a família mudou-se para Fortaleza-CE em decorrência do novo emprego de Raimundo Fernandes. Maria de Lourdes, com 8 anos de idade, foi matriculada em uma escola pública por iniciativa da mãe, Alzerina Fernandes. Embora a escola fosse

pública, os pais deveriam pagar um valor para manter os filhos regularmente matriculados, sendo esse o motivo do segundo trauma de Maria de Lourdes.

Comecei a estudar, mas o meu pai não podia pagar a taxa escolar de todo mundo. Veio a decepção na sala de aula: sem ter o livro, os colegas mangavam de mim. A diretora chegou, chamou meu nome e disse que eu não podia estudar porque o meu pai não tinha pagado nenhum mês da minha mensalidade, então pediu que eu me levantasse, juntasse minhas coisas e saísse dali. Foi na frente de todo mundo, e todos os colegas ficaram vaiando; eu saí dali chorando. Os meus irmãos estudavam lá, eu fiquei até eles saírem, sentada no pé do portão pelo lado de fora, porque eu não pude ficar nem do lado de dentro. (FERNANDES, 25/10/2019).

A mensalidade a que Maria de Lourdes se referiu seria investida no fardamento e nos materiais didáticos, insumos não custeados pelo estado. Na ausência do pagamento, a criança ficaria impossibilitada de frequentar a escola até que a dívida fosse quitada. Nesse período, quando a educação brasileira era regida pela Lei nº 4.024/1961, primeira LDBEN do Brasil, era forte a disputa entre a esfera pública e a privada pela verba destinada à educação, sendo que o setor público foi, por vezes, prejudicado, pois o referido documento, ao definir a porcentagem a ser investida na matéria educativa, não definiu exclusividade para a educação pública, contemplando também a rede particular (SAVIANI, 2011). Assim, enquanto considerável montante da verba pública era empregado na rede privada, o sistema público sofria as consequências (BUFFA, 2018). Tal restrição orçamentária se refletia negativamente na escolarização, sobretudo daqueles menos abastados, tal como foi o caso de Maria de Lourdes, visto que seu pai, não podendo pagar a taxa escolar para todos os filhos, priorizou garantir a escolarização dos filhos homens.

Maria de Lourdes se recordou da explicação do pai, à época, quando indagada a respeito do não pagamento da sua mensalidade: “Porque, para o meu pai, o mais importante era que os homens estudassem, pois eles tinham que se formar, ter um emprego para manter e sustentar a família. Eu, como era a mulher, não tinha importância se eu estudasse ou não” (FERNANDES, 25/10/2019). Nessa relação marcada pelo patriarcalismo, que enfatiza a figura do homem não só como sujeito principal no âmbito privado, mas também no público. A esse respeito diz Minayo (2005, pp. 23-24) “[...] o masculino é ritualizado como lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material”. Estava justificada, portanto, a prioridade em investir na educação dos filhos homens.

Aos 8 anos de idade, Maria de Lourdes já apresentava problemas de visão, mas, como não havia o diagnóstico médico, a família a rotulava de desajeitada por tropeçar com frequência: “Eu já tinha problema de visão, eu tinha visão turva e embaçada, só que eu não sabia o porquê na época, tropeçava nas coisas porque eu não via. E o meu pai e meus irmãos diziam que eu era desastrada e distraída” (FERNANDES, 25/10/2019). Somando-se a isso, pegou piolho e sua mãe raspou a cabeça dela para tratar as feridas ocasionadas pelos parasitas. Tais características fizeram com que Maria de Lourdes sofresse *bullying* logo

no início da sua terceira experiência com a educação formal, em 1972, aos 10 anos, quando a mãe atendeu aos pedidos insistentes da filha e a matriculou em uma escola de bairro.

[...] Tinha o cabelo muito longo e peguei piolhos, coçava muito e feriu minha cabeça. Minha mãe, para tratar os ferimentos, pelou minha cabeça para poder botar remédio e amarrou um lenço. Quando cheguei [na escola], os colegas começaram a implicar comigo para tirar o lenço. [...] Tentaram puxar meu lenço, batiam com a ponta do lápis na minha cabeça e eu chorava. Não queria dizer para ninguém, tinha vergonha. Tiraram o lenço da minha cabeça e viram que, além de eu estar careca, ainda estava com feridas e me apelidaram de perebenta. A professora mandou ir para casa, porque comecei a chorar, e voltar no dia seguinte. (FERNANDES, 25/10/2019).

Maria de Lourdes passou a sofrer *bullying*, o que, à sua época, era encarado como simples brincadeiras maldosas entre os estudantes, haja vista que tal nomenclatura data do final do século XX, quando se intensificaram estudos nessa área (SOUSA; NASCIMENTO, 2018). O *bullying* é caracterizado, segundo Toro; Neves; Rezende (2010, p. 125), quando há ações repetidas “[...] em que um indivíduo ou mais causam angústia e dor no outro, estabelecendo assim uma relação desequilibrada de poder”. Tal como aconteceu com Maria de Lourdes, não se trata de brincadeira, mas de *bullying*. Assim como essa terminologia não é contemporânea ao período de escolarização da protagonista deste estudo, também não existia o entendimento de que essas práticas interferissem a aprendizagem, não se exigindo maiores intervenções do professorado.

Não fosse suficiente, no dia seguinte ao acontecido, quando Maria de Lourdes se dirigiu à escola, foi surpreendida: “[...] estavam as mães na porta da escola. A diretora foi e me chamou na frente de todos e, mais uma vez, escutei que eu não poderia estudar mais (FERNANDES, 25/10/2019). A diretora decidiu expulsá-la da escola para agradar as mães preconceituosas dos demais estudantes, que alegavam que ela iria transmitir doença a seus filhos. Novamente Maria de Lourdes sofreu humilhação em público e foi obrigada a cessar os estudos, ficando então encarregada de cuidar dos irmãos menores e de ajudar nas atividades domésticas, principal ocupação das moças desse período (SOUSA, 2019).

Em 1974, o pai de Maria de Lourdes ficou desempregado e mudou-se com a família para residir próximo ao local de seu novo emprego, num bairro periférico de Fortaleza, Mondubim. O padre da paróquia local, ao constatar que Maria de Lourdes, com 12 anos de idade, não sabia ler e escrever, providenciou uma bolsa de estudos para ela em sistema de semi-internato em um colégio católico dirigido por freiras. Maria de Lourdes relatou o que mais lhe marcou nesse ambiente.

Sofri porque as colegas puxavam os meus cabelos, não queriam brincar comigo. Uma delas, a roupa ficou apertada e a mãe doou para mim e todo dia ela passava por mim e dizia assim: ‘Olha, essa roupa que ela está usando era minha’. Não tinha nenhuma boneca, as minhas bonecas eram umas bruxinhas de pano que a minha avó fazia. Via aquelas bonecas de gente rica e eu tinha a maior vontade de pelo menos pegar uma boneca daquelas. Elas ficavam brincando no intervalo. Eu ficava sozinha. Uma das irmãs perguntou para uma das meninas por que elas não brincavam comigo, ela respondeu que as mães delas tinham dito que eu era pobre e que não era para elas brincarem comigo. A irmã explicou que pobreza não é doença, que não pegava, que as mães delas estavam erradas e que ali era para todo mundo brincar junto. Uma das meninas disse: ‘Está certo. Ela pode brincar com a gente, mas ela vai ser a empregada’. (FERNANDES, 25/10/2019).

Os colégios católicos em Fortaleza eram frequentados pela elite econômica cearense, tendo em vista que custear a educação das filhas nessas instituições envolvia altos investimentos (SOUSA, 2019). O contraste econômico e social era nítido entre as alunas que custeavam suas mensalidades e Maria de Lourdes, que havia sido matriculada com bolsa por caridade. Não bastasse sua aparência diferente pela baixa visão – ainda não diagnosticada –, o abismo cultural e econômico também acarretava a exclusão.

A baixa visão só foi descoberta quando uma das freiras do colégio informou à família de Maria de Lourdes que ela necessitava ser consultada por um oftalmologista, pois apresentava muita dificuldade para enxergar o que estava escrito no quadro. “Mesmo indo pertinho da lousa para tirar a letra, ainda escrevia a letra errada. Descobriram o problema de miopia, que [mais tarde] me levou à cegueira, não tinha cura” (FERNANDES, 25/10/2019). Maria de Lourdes estudou nesse colégio somente por dois anos, pois, passado esse tempo, em 1976, mais uma vez, em consequência da mudança de emprego do pai, a família mudou de endereço, indo morar no bairro José Walter dessa vez, outro bairro periférico de Fortaleza.

Maria de Lourdes foi matriculada em uma escola pública no José Walter e persistiram os traumas: “Era a mais velha da turma, com 14 anos estava fazendo a 3ª série [4º ano atualmente]. Não tinha amizade. Enfrentava o medo de me aproximar dos colegas e ser recepcionada como fui nos outros colégios” (FERNANDES, 25/10/2019). No entanto, a distância que ela mantinha dos colegas de turma não foi suficiente para evitar que fosse novamente alvo de *bullying*. No período do São João, foi eleita a menina mais feia da turma, ganhando o direito de ocupar o lugar de noiva da quadrilha junina. Sobre esse momento, ela explicitou:

[...] na 4ª série [5º ano atualmente] nesta escola foram tirar os noivos para a quadrilha de São João que todos nós ensaiávamos. Os meninos sugeriram que o casal mais feio da sala seria o noivo e a noiva. Fizeram a votação, e fui a noiva e o menino que tinha aquele problema na pele, ‘Albino’, ele foi o noivo. Levei na esportiva. Eu queria tanto brincar, queria tanto fazer amizade. A minha tristeza foi porque o menino que foi o noivo não viu assim, ele não superou e se suicidou com 13 anos. (FERNANDES, 25/10/2019).

Mais do que uma brincadeira maldosa, esse acontecimento revela o quanto o *bullying* afeta a vida dos estudantes que são vitimados, ultrapassando o âmbito da sala de aula, no desenvolvimento do ensino e aprendizagem (TORO; NEVES; REZENDE, 2010) e interferindo também no bem-estar psicológico, de tal modo que o colega de Maria de Lourdes, Albino, não conseguiu lidar com a humilhação de ser indicado como o aluno mais feio da classe e tirou a própria vida.

Nesse cenário de completa negligência às particularidades de Maria de Lourdes por parte das instituições escolares, importa mencionar o fato de que a noção de educação inclusiva, que deve, segundo Silva; Carvalho (2017, p. 293): “[...] acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, socioemocionais, dentre outras”, só veio a se consolidar a partir da atual LDB, Lei nº 9.394/1996, segundo a qual a educação é direito de todos, devendo ser respeitada a diversidade de indivíduos, princípio essencial à prática educativa. Como a época em que Maria de Lourdes era

estudante, década de 1970, antecede a esse marco, a sua trajetória escolar é marcada mais fortemente pela exclusão e pelo descuido dos profissionais para com as suas necessidades específicas.

Na 5ª série (6º ano atualmente), início do atual ensino fundamental II, Maria de Lourdes teve que estudar no turno da noite para durante o dia poder ajudar sua mãe nas atividades da casa. Ela narrou sua principal dificuldade.

Na 5ª série à noite foi quando eu comecei a negociar com meu pai, porque ele queria que eu parasse de estudar, porque eu já sabia o que bastava para uma mulher. Dizia para ele que queria estudar e então, sempre quando meu óculo de grau muito grosso quebrava ou estava desatualizado no grau, ele botava a maior dificuldade para comprar outro, porque era caro mesmo e não tinha aqui em Fortaleza, vinha de São Paulo [...]. (FERNANDES, 25/10/2019).

Maria de Lourdes estudou durante quatro anos à noite e, em 1981, aos 19 anos de idade, concluiu o 1º grau (hoje ensino fundamental), no sistema de Telensino. Esse ensino consistia em uma modalidade educativa regular via televisão, com um professor monitor para apoiar o aluno em todas as disciplinas (FARIAS; NUNES; CAVALCANTE, 2001). No Ceará, as aulas eram transmitidas no canal 5, associadas à TV Cultura e à TV Brasil, e na sala de aula ficava um professor, o qual auxiliava várias turmas ao mesmo tempo. A proposta era solucionar o problema da carência de professores na zona rural, sendo que o Telensino foi implantado também nos centros urbanos (MOURA, 2009).

Após a conclusão do 1º grau, que compreendia da 5ª à 8ª série (do 6º ao 9º ano atualmente), Maria de Lourdes, pouco depois de iniciar o 2º grau, foi proibida pelos médicos de estudar, os quais alegavam que essa atividade forçava muito a visão e de nada adiantaria, pois o prognóstico era a perda total da visão. “Não continuei porque os médicos na época falaram que parasse, pois, se quisesse ainda passar um tempo enxergando, era bom não forçar a vista, então meu pai já queria isso” (FERNANDES, 25/10/2019). Tal determinação frustrava Maria de Lourdes, mas alegrava seu pai, que a queria exclusivamente dedicada a atender às atividades domésticas, que cresciam após o casamento dos irmãos. “Os meus irmãos se casaram e vieram morar dentro de casa e fui ser empregada dos meus irmãos” (FERNANDES, 25/10/2019).

Em 1984, após três anos convivendo com os pais, irmãos e cunhadas no mesmo ambiente, Maria de Lourdes, então com 22 anos, foi vítima de uma brincadeira maldosa por parte de uma das suas cunhadas, acontecimento que mudou o seu destino, visto que, em decorrência de tal ato, a jovem foi obrigada a casar com um desconhecido. Ela narrou esse evento.

Ela [a cunhada] colocou uma cartela de anticoncepcional usada dentro da minha gaveta e mandou minha mãe pegar uma blusa que eu tinha dela dentro da minha gaveta, só que não tinha blusa dela, ela queria que a mamãe pegasse o anticoncepcional. Minha mãe pegou o anticoncepcional; ao invés de conversar comigo, esperou que meu pai chegasse e foi falar com ele. Meu pai ficou com raiva, disse que era inadmissível. A raiva dele e o desgosto foram tão grandes que ele me botou para fora de casa. Um sobrinho da vizinha, vindo do interior para trabalhar, que morava nos fundos da casa dela, me viu umas 22 horas sozinha chorando na calçada. Ele começou a conversar e disse que, se eu quisesse, eu podia dormir no quarto dele, que, quando fosse no

outro dia, meu pai, mais calmo, poderia me perdoar. Não vi nada demais, fui dormir. Olha, ele me respeitou maravilhosamente bem. No outro dia, a rua inteira estava dizendo que eu tinha dormido com ele. Pronto, meu pai me obrigou a casar com ele. (FERNANDES, 25/10/2019).

O fato de Maria de Lourdes ter passado a noite com um rapaz comprovava, para a sua família, que ela já vinha mantendo relações sexuais, o que era inaceitável antes do casamento, pois a “moça de família” deveria preservar a virgindade para o futuro esposo (ARAÚJO, 2015), senão a mulher ficaria malvista e seria motivo de comentários desagradáveis, o que arruinaria não somente a sua imagem social, mas a imagem de toda a família (SOUSA, 2019). Para solucionar o caso, o rapaz que violasse a “moral” de alguma moça deveria com ela se casar, e assim foi o desfecho de Maria de Lourdes, que teve que se casar com o desconhecido para “salvar” a sua honra e a da família perante a sociedade cearense. O casamento foi providenciado naquele mesmo ano, 1984, e Maria de Lourdes engravidou logo em seguida, conforme relato.

Me casei em um mês e no outro eu estava grávida. Como minha mãe dizia, eu casei fértil. Não sabia, quando comecei a sentir os sintomas, que tinha o menino se mexendo dentro de mim. Eu lá sabia que era menino! Não sabia e comecei a chorar, porque não sabia como é que o menino nascia. Não entendia nada dessas coisas, minha mãe nunca tinha conversado comigo sobre isso. O primeiro eu perdi. E com seis meses depois estava grávida de novo do meu primeiro filho. (FERNANDES, 25/10/2019).

Nessa época, a mulher era proibida de discutir sobre assuntos relacionados a sexo, tanto no âmbito público quanto no privado. Aquelas que assim faziam eram criticadas e consideradas impuras e transgressoras (MAGALHÃES JUNIOR, 2007). Na escola, inclusive, era comum que as professoras se afastassem da profissão tão logo engravidassem, pois, segundo Sousa (2019, p. 97), “[...] o volume da barriga poderia despertar a curiosidade dos alunos e trazer à tona assuntos considerados impuros” (SOUSA, 2019, p. 97). Dessa forma, Maria de Lourdes se casou sem nenhuma educação sexual, sem ter conhecimento sequer acerca do processo reprodutivo.

Insatisfeita com a relação, por sofrer violência verbal e ser negligenciada, pensou diversas vezes em divórcio, mas era desencorajada. “Diziam-me que: ‘Se casou, tem que aguentar até o final [...], não existe esse negócio de separação’” (FERNANDES, 25/10/2019). Em uma sociedade patriarcal e machista, o casamento era visto como sacrifício da mulher para satisfazer aos desejos do marido; deixá-lo, portanto, era estar fadada a uma vida cheia de preconceitos e dificuldades (LOURO, 2017). Assim, Maria de Lourdes permaneceu aguentando as agressões verbais do marido e, para amenizar as necessidades financeiras, resolveu trabalhar como diarista, atividade que o companheiro julgava ser impossível de ela executar, conforme descrito.

Sofria porque o casamento era para sempre. Aguentei meu marido, que não se preocupava se tinha o que comer ou não [...]. E comecei a trabalhar como diarista [...]. Fazia faxina e, quando chegava em casa, ele [o esposo] dizia para os meus filhos, já grandinhos, todos com 8, 7, 5 e 4 anos, que eu não tinha feito faxina, que tinha ido era para as esquinas e que tinha ido fazer ponto. Ele achava que eu não tinha capacidade de trabalhar. (FERNANDES, 25/10/2019).

Tendo ciência de que vivenciava uma relação machista e desigual, em que maltratava a si e aos filhos, e ansiando por libertação, Maria de Lourdes decidiu romper com os padrões de sua época e começar a se organizar para o divórcio. Este deveria ser feito com cautela, visto que temia não ter um lugar para morar e não conseguir sustentar sozinha os quatro filhos do casal.

O primeiro emprego fixo e de carteira assinada veio mais tarde, quando um vereador de Fortaleza, a quem Maria de Lourdes havia apoiado na campanha eleitoral, ofertou-lhe uma vaga para trabalhar em um posto de saúde, ocupando o cargo de serviços gerais. Além dessa função, Maria de Lourdes auxiliava o médico pediatra, já que, sempre que possível, investia o seu tempo em aprender esse ofício, chegando a ser contratada como atendente do médico. Sobre essa atividade, ela falou: “fiz amizade com todos. No meu intervalo do almoço, aprendia como auxiliar o médico, a pesar uma criança, a verificar temperatura etc. Fui transferida para ser atendente de médico pediatra” (FERNANDES, 25/10/2019). Com o emprego fixo, em 1998, após 16 anos de casada, Maria de Lourdes deu entrada no divórcio, que só veio a ser legitimado dois anos depois, em 2000.

A partir da sua atuação no posto de saúde, surgiu a oportunidade de Maria de Lourdes cursar o nível técnico em Enfermagem mediante bolsa de estudo, concluindo-o em 2005. No ano seguinte, ela resolveu morar com Antônio Bandeira, um novo companheiro.

Quando ele veio morar comigo, ele já sabia que eu ia ficar cega e ele quis cuidar de mim. Ele disse que ia cuidar de mim, então nós fizemos [...] um pacto de que ele cuidava de mim e eu cuidava dele. Ele vivia desempregado, não tinha nível superior. Então, eu disse que ajudaria ele. Como eu trabalhava de carteira assinada, no começo eu iria ajudar para ele fazer o curso superior e arranjar um emprego, e depois ele cuidava de mim. Assim foi feito. Ele fez a primeira faculdade e hoje trabalha como professor. (FERNANDES, 25/10/2019).

Em 2008, quando realizava um atendimento no posto de saúde onde trabalhava, a visão de Maria de Lourdes escureceu e ela foi levada ao hospital, sendo então diagnosticada com glaucoma, o que a fez solicitar uma licença por motivo de tratamento de saúde para realizar o tratamento indicado pelo médico. Após o tratamento, Maria de Lourdes voltou a enxergar, mas de modo turvo, porém, quando retornou ao posto de saúde, descobriu que havia sido demitida, mesmo em período de licença médica.

Chegando, eles disseram: ‘Não, a sua coordenadora disse que não precisava mais de você. Nós botamos você para a firma lhe dar baixa na carteira’. Eu mostrei que estava de licença médica, como é que eles me demitiram? [...] A prefeitura já tinha depositado o dinheiro das minhas contas, e eu tinha só que cumprir com a lei, passar só um mês trabalhando e ser despedida. Fui ao advogado da empresa, que me aconselhou a aceitar a saída, receber as contas e depois procurar meus direitos na justiça contra a prefeitura. Consegui me aposentar e receber a minha indenização. (FERNANDES, 25/10/2019).

Já aposentada, seu companheiro lhe incentivou a ir ao Instituto dos Cegos, instituição localizada em Fortaleza que atendia aos deficientes visuais. Lá ela aprendeu o Braille, o que lhe possibilitou cursar o ensino superior em Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

O Bandeira me deu força, procurou saber onde era a UVA, quando era o dia do vestibular. Ele me inscreveu e tudo. Ele começou a estudar junto comigo. Ele é professor de Língua Portuguesa, e eu não dominava muito o computador [...]. Fiz Pedagogia e amei, porque abriu um horizonte [...]. Me graduei em 2019. (FERNANDES, 25/10/2019).

No Instituto dos Cegos, Maria de Lourdes galgou considerável notoriedade, inclusive foi convidada a ocupar a cadeira número 28 na Alasac, em 2013, que se volta a apoiar escritores com deficiência visual (CÂNDIDO, 2019). Foi por meio dessa academia que Maria de Lourdes pôde desenvolver a sua escrita. “Publiquei o cordel ‘Superação na Educação’, em 2019 [...]. Tenho várias poesias e participo de várias antologias. [...] Eu gosto é de escrever!” (FERNANDES, 25/10/2019).

Maria de Lourdes tornou-se escritora, poetisa e cordelista, com dezenas de publicações em antologias, jornais e eventos, inclusive seu destaque e sua visibilidade ultrapassaram o âmbito estadual e nacional, sendo, no ano de 2015, premiada com a publicação de um texto no Salão Internacional do Livro da Imprensa, em Genebra, na Suíça.

A história da educação de Maria de Lourdes ressalta inúmeros problemas da educação formal consagrados historicamente, tais como: dificuldade de acesso à educação, por estudar em regiões interioranas, pela distância dos grupos escolares; ausência de transporte escolar (FIALHO; LIMA; QUEIROZ, 2019); estudo das primeiras letras com professoras leigas como única opção possível (CORRÊA; BARRETO, 2017; LOPES, 2019; SOARES; VIANA, 2016); escolas públicas que cobravam taxas, tornando-as inacessíveis à população mais pauperizada (FIALHO; SOUSA; DIAZ, 2020); ausência de políticas de inclusão, relegando as pessoas com deficiência ao enclausuramento domiciliar (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2019; MATTOS *et al.*, 2016; SOUSA; NASCIMENTO, 2018); parca formação de professores para trabalhar um ensino contextualizado, que respeitasse as singularidades dos alunos e valorizasse a pluralidade (ARAÚJO; ESTEVES, 2017; BEGO, 2016; GENÚ, 2018; LARA, 2016; LIMA; AZEVEDO, 2019; MORORÓ, 2017; SMYTH; HAMEL, 2016); importância minorada da educação feminina em relação à masculina (DARSIE *et al.*, 2018; FIALHO; SÁ, 2018), etc.

Ademais, também permite visualizar o papel social que culturalmente foi imposto à mulher na sociedade: manter-se virgem para não perder sua honra, sendo relegada, após o casamento, à esfera privada ao se dedicar aos afazeres domésticos, a servir o marido e a cuidar dos filhos (PERROT, 2017; SCOTT, 1995). Esse contexto, discutido de maneira mais específica pelos inúmeros autores mencionados, dificultava o acesso e a permanência na escola, especialmente às mulheres, o que levava um significativo contingente feminino ao analfabetismo ou ao abandono escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo problematizou como uma paraibana, deficiente visual, interiorana e filha de pais pobres e semianalfabetos conseguiu escolarização e empoderamento para se tornar pedagoga e escritora respeitada em Fortaleza, membro da Alasac. Na tentativa de desvelar tal inquietação, desenvolveu-se uma pesquisa com o objetivo de biografar Maria de Lourdes Fernandes, enfatizando a sua formação educativa em meio às relações machistas, ao *bullying* e à exclusão escolar (1969-2019).

Com amparo metodológico na história oral biográfica, foi possível ter acesso às oralidades de Maria de Lourdes, coletadas mediante entrevista livre. As narrativas, como objetos de estudo, permitiram constituir uma versão da história da vida educacional de Maria de Lourdes, desde seu ingresso na primeira escola frequentada, em 1969, até sua formação em nível superior no curso de Pedagogia, em 2019, lançando luz às suas experiências de escolarização, que se inter-relacionam indissociavelmente ao contexto educacional em que ela estava inserida.

Os resultados demonstraram que Maria de Lourdes teve uma trajetória educacional permeada por muitas barreiras, concernentes, especialmente, às vivências de machismo, *bullying* e exclusão escolar. O enfrentamento dessas adversidades, em muitos casos, poderia ter gerado o analfabetismo e o abandono escolar, no entanto Maria de Lourdes, ainda que aos 14 anos não soubesse ler ou escrever, rompeu paradigmas e enfrentou preconceitos para galgar educação em nível superior. Essa história de vida pouco representa o destino das mulheres pobres, interioranas e deficientes no Ceará, da segunda metade do século XX, mas denuncia desigualdades sociais e injustiças que fizeram com que tantas outras mulheres não prosseguissem para níveis mais altos de educação.

O machismo foi enfrentado por Maria de Lourdes desde criança, dado que teve dificuldade de convencer o pai quanto ao fato de que mulher não precisava apenas saber ler e escrever, tentando persuadi-lo da necessidade de estudar até níveis mais elevados. O pai dela relegava ao segundo plano de importância a escolarização feminina, por acreditar, como muitos homens da época, que a mulher deveria dedicar-se exclusivamente aos afazeres domésticos. Dessa maneira, Maria de Lourdes sempre teve que conciliar os estudos com as atividades do lar, inclusive tendo servido de empregada para irmãos e cunhadas. Não fosse suficiente, por conta do machismo, ainda foi obrigada a casar-se forçada pelo pai, por ele acreditar erroneamente que a virgindade da filha havia sido perdida e que a honra da família só seria recuperada mediante o matrimônio dela, casamento este que manteve Maria de Lourdes nas mesmas condições de inferioridade e subserviência vividas na casa dos pais.

Além do machismo paterno, outro empecilho à escolaridade foi o *bullying* constante na sua trajetória educativa. Maria de Lourdes enfrentou situações violentas e preconceituosas que lhe acarretavam dor e constrangimento, tais como: ser excluída pelos colegas por ter um comportamento diferente devido

à sua baixa visão; ser expulsa pela gestão escolar por ser pobre e não ter pago a taxa da escola pública; ser expulsa da escola a pedido dos pais de alunos por ter contraído piolho e estar sem cabelo e com feridas na cabeça durante o tratamento; ser excluída pelas meninas mais abastadas da instituição por ser pobre e estudar com bolsa em escola de elite; ser desmoralizada por ser fora de faixa etária, mais velha e atrasada na escolarização; ser ridicularizada por ter aparência considerada feia pelos outros discentes, etc. Ao mesmo tempo que sofria violência psicológica, não havia intervenção efetiva por parte dos professores ou de seus familiares para mediar tais conflitos.

No que remete à exclusão escolar, esta começou pelo fato de no interior não ser possível frequentar uma escola regular, sendo depois foi reafirmada pela impossibilidade de seu pai custear as taxas da escola pública e, principalmente, pela deficiência visual tardiamente diagnosticada. Maria de Lourdes foi considerada esquisita por muito tempo em razão da baixa visão. Mesmo após o diagnóstico médico, a situação econômica desfavorável dos pais para possibilitar custear óculos atualizados prejudicava na sua aprendizagem.

Por ter estudado em uma época que não era claro o entendimento de que a educação básica deveria garantir escolarização de qualidade para todos, independentemente da sua condição física, socioeconômica e intelectual, Maria de Lourdes ainda enfrentou a negligência dos profissionais nos espaços educativos, que não estavam habilitados a lidar com as diferenças e com as deficiências. Superando muitos obstáculos, concluiu a escolarização básica e um curso técnico, galgando independência financeira e podendo divorciar-se do marido que lhe havia sido arranjado em um casamento indesejado. Na fase adulta, quando a cegueira a acometeu por completo, aprendeu Braille e conseguiu realizar o curso superior em Pedagogia. Tornou-se escritora reconhecida e referência na Alasac.

O estudo da trajetória de Maria de Lourdes, por se tratar de uma biografia, possui a limitação de não poder ser generalizável, inclusive não é representativo das mulheres pobres e deficientes. No entanto, é relevante justamente por proporcionar a compreensão de quão árdua era a trajetória para a maioria dessa população galgar educação. Possibilita o entendimento de aspectos socioculturais que relegavam a mulher cearense, seja ela deficiente ou não, à vida doméstica, e evidencia as desigualdades enfrentadas nos campos educativo e social. Ademais, a pedagoga, escritora, poetisa e cordelista Maria de Lourdes, por intermédio da sua história de vida, permite a reflexão e sensibilização para a luta contra as injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ARAÚJO, H. L. M. R. **A tradicional Escola Normal Rural Cearense chega ao bairro de Fátima: formação das primeiras professoras primárias (1958-1950)**. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

ARAÚJO, R. M. B.; ESTEVES, M. M. F. A formação docente, inicial e contínua, para o trabalho com adultos em Portugal: o olhar dos professores. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 18-35, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/121/104>. Acesso em: 10 out. 2019.

BEGO, A. M. Políticas públicas e formação de professores sob a perspectiva da racionalidade comunicativa: da ingerência tecnocrata à construção da autonomia profissional. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 3-24, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/98/80>. Acesso em: 10 out. 2019.

BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 277-284, 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34480>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e as Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BUFFA, E. O público e o privado na educação brasileira do século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **História e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 53-67.

BURKE, P. **O que é história cultural?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CÂNDIDO, P. R. **Aves de retina**. Fortaleza: Premium, 2019.

CARVALHO, S. O. C.; BRANDENBURG, C.; FIALHO, L. M. F. História cultural e micro-história: reflexões preliminares. In: RIBEIRO, L. T. F.; SILVA, S. M. A.; CASTRO, F. M. F. M. (Org.). **Debates em história da educação e formação de professores: perspectivas da educação contemporânea**. Fortaleza: UECE, 2019. p. 25-40.

CORRÊA, P. S.; BARRETO, B. Exigências para o exercício do ofício de mestre nos grupos escolares no Brasil no contexto da ditadura militar. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 104-123, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/126/109>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DARSIE, C. et al. A produção da mulher ideal no filme *Ela*: questões sobre gênero e performatividade no cinema. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 9, p. 189-203, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/852/766>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DOSSE, F. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: USP, 2015.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectiva**, São Paulo, n. 3, p. 81-85, 1980. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewfile/1696/1377>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ESTEVES, P. S. A perspectiva dos estudantes diante da violência que enfraquece as relações intersubjetivas no cotidiano escolar. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 11, p. 60-81, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/227>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FARIAS, I. M. S.; NUNES, J. B. C.; CAVALCANTE, M. M. D. **Telensino: percursos e polêmicas**. Fortaleza: Demócrito Rocha: UECE, 2001.

FERNANDES, M. L. **Entrevista de Maria de Lourdes Fernandes concedida a (retirado para preservar anonimato)**. Fortaleza, 25 out. 2019.

FERRAROTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988. p. 17-34.

FIALHO, L. M. F.; CARVALHO, S. O. C. História e memória do percurso educativo de Célia Goiana. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 22, p. 137-157, 2017. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/992>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FIALHO, L. M. F.; LIMA, A. M. S.; QUEIROZ, Z. F. Biografia de Aída Balaio: prestígio social de uma educadora negra. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 23, p. 48-67, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.231.04>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FIALHO, L. M. F.; SÁ, E. C. V. Educadora Henriqueta Galeno: a biografia de uma literata e feminista (1887-1964). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 22, p. 169-188, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/75182>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FIALHO, L. M. F.; SANTOS, F. M. B. ; SALES, J. A. M. Pesquisas biográficas na história da educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, p. 11-29, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12743/6898>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, N. M. C.; DIAZ, J. M. H. Rosa Maria Barros Ribeiro: memórias da trajetória formativa para docência. **Revista Cocar**, Belém, v. 8, p. 371-387, 2020. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/3083>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GENÚ, M. A abordagem da ação crítica e a epistemologia da práxis pedagógica. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 9, p. 55-70, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/856>. Acesso em: 5 mar. 2020.

GIRARDI, V.; RECHIA, S.; TSCHOKE, A. Acessibilidade formacional: a percepção profissional na inclusão da pessoa com deficiência intelectual no lazer. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 95-112, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1180/1906>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LARA, A. M. Políticas de redução da desigualdade sociocultural. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 140-153, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/118>. Acesso em: 5 mar. 2020.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LEVI, G. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 167-182.

LIMA, A.; AZEVEDO, M. L. Processo de institucionalização da política nacional e estadual de formação docente: proposições e resistências no Paraná. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 12, p. 124-147, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1126>. Acesso em: 5 abr. 2020.

LIMA, J.; SANTOS, G. Valores, educação infantil e desenvolvimento moral: concepções dos professores. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 8, p. 153-170, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/275>. Acesso em: 5 abr. 2020.

LOPES, A. C. Legislação e processos educativos: a constituição da escola primária no Piauí (1845 a 1889). **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 10, p. 50-65, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/866>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LORIGA, S. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MACHADO, C. J. S. **Mulher e educação: histórias, práticas e representações**. João Pessoa: UFPB, 2006.

MAGALHÃES JUNIOR, A. G. História, política e memória: necessidades humanas em exercício constante. In: NUNES, A. I. B. L. et al. (Org.). **Formação e práticas docentes**. Fortaleza: UECE, 2007. p. 53-62.

MARQUES, A.; DRAPER, D. **Dicionário inglês português/português/inglês**. São Paulo: Ática, 1996.

MARQUES, J. Além da história, a tradição oral: considerações sobre o ensino de história da África na educação básica. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 5, p. 164-182, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/142/125>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MATTOS, A. et al. Inclusão social de crianças com deficiências múltiplas no cotidiano escolar. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 184-207, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/108/90>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA F. **História oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015.

MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 10, v. 1, p. 18-34, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100005. Acesso em: 20 abr. 2020.

MORORÓ, L. P. A influência da formação continuada na prática docente. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 36-51, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/122/105>. Acesso em: 10 out. 2019.

MOURA, I. L. C. **A automatização da educação: o telensino e a precarização do trabalho docente.** 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

NOGUEIRA, D. L. **Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte:** registros sobre a constituição de uma cultura docente para a educação no campo. Fortaleza: Imeph, 2011.

PERROT, M. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2017.

RODRIGUES, R. M. Biografia e gênero. In: FILAHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G.; SANTANA, R. J. (Org.). **Biografia de mulheres.** Fortaleza: UECE, 2015. p. 54-70.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 293-308, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382017000200293&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 abr. 2020.

SMYTH, E.; HAMEL, T. The history of initial teacher education in Canada: Québec and Ontario. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 88-109, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/93/92>. Acesso em: 10 out. 2019.

SOARES, C.; VIANA, T. Jovita Alves Feitosa: memórias que contam a história da educação nas prisões cearenses. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 140-158, 2016. <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/96>. Acesso em: 10 out. 2019.

SOUSA, F. G. A. **Irmã Elisabeth Silveira:** história e memória de uma freira educadora cearense. 2019. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

SOUSA, N. M.; NASCIMENTO, D. A inclusão escolar e o aluno com Síndrome de Down. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 9, p. 121-140, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/859/762>. Acesso em: 20 abr. 2020.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TORO, G. V. R.; NEVES, A. S.; REZENDE, P. C. M. *Bullying*, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, n. 12, v. 1, p. 123-137, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000100011. Acesso em: 20 abr. 2020.

VASCONCELOS, L. M.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Facetas da (im)potência viril na *Revista Careta*: educação e masculinidades no Estado Novo (1937-1945). **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 40, p. 1-12,

2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/actascieduc/issue/view/1499/showtoc>.

Acesso em: 20 abr. 2020.

VILAS-BOAS, S. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

BRANDENBURG, Cristine; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de. Formação educativa de Maria de Lourdes Fernandes: memórias de superação. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, p. 474-494, Set./Dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10180>. Acesso em: dd mmm. aaaa.